

A INSIGNIFICÂNCIA DO SER: NARRATIVAS DO POVO INDÍGENA PUYANAWA

Maria de Nazaré Rodrigues de Lima¹

RESUMO

Neste estudo, busco mostrar a insignificância do ser, através das narrativas dos indígenas Puyanawas, identificadas na tese de Doutorado de Walker (2012) e do livro *História do Acre*, de Souza (1992; 2002), evidenciando as “correrias” acontecidas em suas terras para a posse da propriedade pelos “coronéis de barranco”, que buscavam exterminar os povos nativos para apoderar-se das propriedades, e/ou escravizá-los para trabalhar na exploração da borracha. Destaco a “desvalorização do ser” tida como irracional, “não-ser”, para perceber o processo discriminatório/exploratório sofrido por estes povos, e concluo que mesmo depois de rupturas com o regime servil, os indígenas ainda se encontram expostos as condições precárias de subsistência. Diante disso, enfatizo, ainda, o poder da palavra como instrumento de denúncia. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Correrias; Puyanauas; Desvalorização.

THE INSIGNIFICANCE OF BEING: NARRATIVES OF PUYANAWA PEOPLE

ABSTRACT

In this study, the insignificance of being, I try to show through the narratives of the Puyanawas, identified in the doctoral thesis of Walker (2012) and the book *História do Acre* by Souza (1992, 2002), evidencing the "raids" that happened on their lands for the possession of properties by the "colonels of ravine", who sought to exterminate the native people in order to take their properties, and/or enslave them for rubber exploitation. I highlight on the "devaluation of being", considered as irrational, "not-being", to understand the discriminatory/exploratory process suffered by these peoples, I conclude that, even after ruptures with the servile regime, the natives they are still exposed to precarious conditions of subsistence. Emphasizing the power of the word as an instrument of denunciation. This is a bibliographical research.

Keywords: Raids; Puyanawas; Devaluation.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo ouvimos de nossos ancestrais e até mesmo na história oficial, uma versão distorcida sobre a invasão dos colonizadores às terras indígenas. Estes povos nativos tiveram suas identidades apagadas por inúmeros atos de barbárie, que por ambições extremas, tiveram suas terras expropriadas, sua dignidade e identidade destruídas e sua insignificância aumentada, alimentando a invisibilidade do

¹ Mestranda do programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre. Professora da rede pública estadual de ensino do estado do Acre.

ser. Segundo Souza, são classificados como “um não-ser, aquele que é invisível, que não contém humanidade” (2016, p. 289). Com o processo de colonização, fato histórico que desencadeia vários problemas sociais, o indígena é desvalorizado, categorizado de “selvagens”, impróprios para viver.

Este estudo busca mostrar o processo exploratório/discriminatório sofrido pelo Povo Indígena Puyanawa, identificando a “desvalorização do ser” tido como irracional, “não-ser”, através da ênfase de narrativas sobre as “correrias” acontecidas em suas terras para a posse da propriedade pelos “coronéis de barranco”. Essa exploração deixa transparecer a insignificância do ser em seu mais alto grau, ressignificando essa desvalorização do ser com acontecimentos atuais, que embora não se caracterizem como “correrias”, evidenciam a predominância do abuso e de atitudes cruéis na ânsia de posses e poder.

Para este estudo, utilizo as narrativas de indígenas Puyanawas contidas na Tese de Doutorado da professora Maristela Rosso Walker (2012), e informações expostas sobre esses povos no livro *História do Acre*, do professor Carlos Alberto Alves de Souza. O livro dele foi censurado por 17 anos, por expressar, em uma de suas publicações, passagens de exploração acontecidas contra os indígenas Puyanawas. Descrevo, ainda, fatos que mostram que essas atrocidades de exclusão e não valorização do Outro, ainda são observadas em nossos dias. E embasada nos diversos autores e textos estudados nas disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Letras Linguagem e Identidade – Universidade Federal do Acre (PPGLI/UFAC), enfatizo a necessidade de olharmos criticamente para nossas narrativas históricas de heroísmo que nos foram/são contadas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que se retratam aspectos de uma história marcada pelos silenciamentos de grupos indígenas, localizados no interior do Acre, no norte do Brasil. Essa modalidade de pesquisa segundo observa Barros e Lehfeld, “se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico [...]” (2007, p. 85), assim:

para realizar uma pesquisa bibliográfica, é fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagem já trabalhados por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados. (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 85).

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica: “Este tipo de pesquisa tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 54).

Nesse sentido, impulsionada pelos estudos em disciplinas como Estudos e conceitos de Gênero, Raça e Etnia; Cultura, Linguagens e Sociedades Amazônicas, cursadas no mestrado em Letras Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre, e por pesquisas sobre a temática realizadas em *sites*, publicações referentes à história da formação do Acre, os textos estudados em sala e publicações de autores que compõem a Teoria Crítica Decolonial, priorizando as narrativas de indígenas Puyanawas contidas na tese de Doutorado de Walker (2012) intitulada a *Identidade Puyanawa e a escola indígena*, e o livro *História do Acre*, de Souza (1992; 2002). Além disso, os estudos se ancoraram na análise em autores críticos decoloniais como Mignolo (2007), Albuquerque Júnior (2009), entre outros, que buscam a desconstrução de nossas histórias, para recontá-las sob a ótica do colonizado e não do colonizador e que, desse modo nos impulsionam a sermos críticos e problematizadores das narrativas que nos são impostas.

OS POVOS INDÍGENAS PUYANAWAS

Os povos Puyanawas estão localizados no município de Mâncio Lima – Acre, na Aldeia Barão, onde por muito tempo, durante a exploração da borracha e expropriação dos nativos, foi propriedade (tomada dos nativos) do Coronel Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, “coronel de barranco”, temido por todos da região. Segundo dados de 2014 (Siasi/Sesai), eles formam um grupo de 745 índios, pertencentes à língua Pano.

A partir da última década do século XIX, seus territórios por serem ricos em caucho e seringa, foram violentamente invadidos por grupos de seringalistas, seringueiros e caucheiros, para a exploração dos seus bens naturais. Invasão esta, que foi acontecendo gradativamente até tomarem posse de todas as localidades banhadas

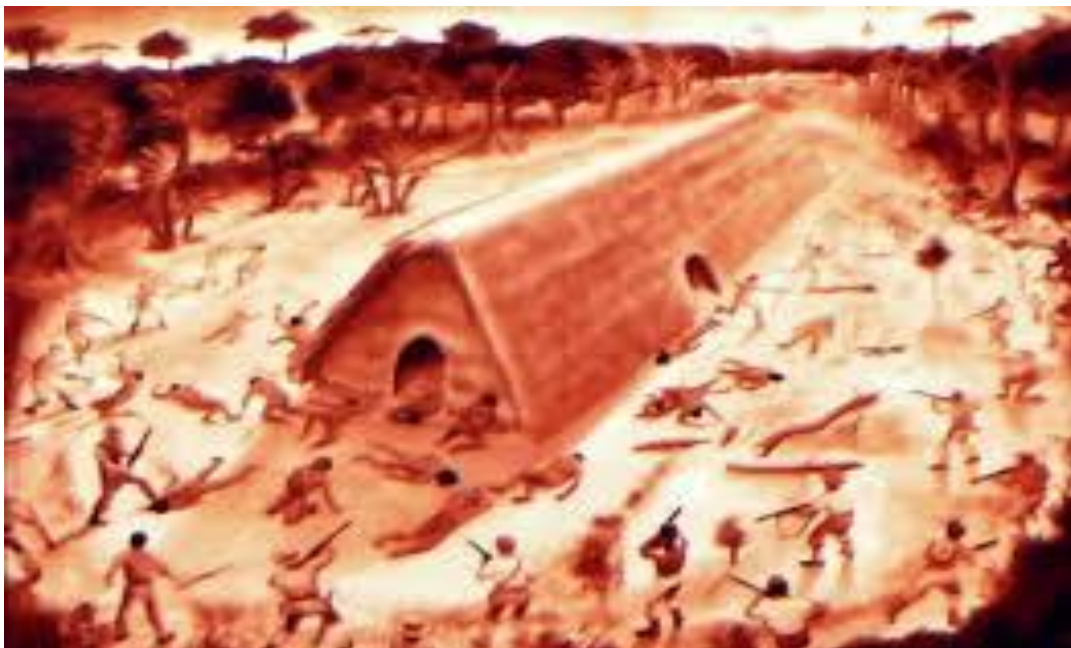
TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

pelos rios Moa e Azul, o que ocasionava a fuga dos índios para as nascentes dos rios e outros lugares de mata fechada onde não pudessem ser encontrados. Ressalta-se que tal exploração e expropriação eram feitas da forma mais violenta e sangrenta, em que através dos processos chamados de “Correrias”, os coronéis, reuniam homens para os ataques em massa aos índios:

Correrias, formas violentas – de destruição das malocas, matança de homens e sequestro e escravidão de crianças e mulheres - adotadas por caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros contra grupos indígenas, as quais, segundo Iglesias, “constituíram mecanismos inerentes à exploração, à abertura e ao inicial funcionamento da empresa seringalista no Alto Juruá, bem como das atividades dos caucheiros peruanos, resultando num processo de (des) territorialização de boa parte dos grupos indígenas”. (...) tais práticas tinham como fundamento a negação da humanidade aos indígenas. “Equiparados a animais selvagens, ‘irracionais’, ‘feras’, considera-se legítimo matá-los e escoraçá-los, como se costumava fazer com certos animais selvagens que ‘infestavam’ a floresta, e representavam ameaças reais à vida dos seringueiros ou com eles competiam por certas fontes de alimentação” (SOUZA, 2016, p. 123).

Conforme o excerto, as “Correrias” eram matanças organizadas pelos seringalistas aos índios, povos nativos da região, com o intuito da tomada das terras e de amansá-los para tornarem-se “escravos da borracha”. Um ato de barbárie no seu mais alto grau, a ambição do ser, em sua forma mais perversa, em ter posses e poder, contra a insuficiência do outro, a não valorização do humano que se perpetua ainda nos dias atuais. Na figura 01, podemos perceber de forma mais sucinta a retratação das correrias:

Figura 01 - Cena de uma correria, segundo depoimento do Pe. Constant Tastevan



Fonte: http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/biblioteca/docs_expo/correria_ferro_fogo.pdf.

Após longos períodos de extermínios e matanças destes povos, alguns permaneceram como “escravos da borracha” na localidade Barão do Rio Branco, propriedade do seringalista Mâncio Lima, onde, através de relatos, constatou-se que não se adaptaram com o regime servil a que foram submetidos e fugiram para embrenhar-se nas matas, dividindo-se em grupos, o que desencadeou novas capturas e matanças, sendo novamente reconduzidos ao trabalho exploratório.

Aconteceu ainda o período chamado de “cativeiro”, no qual os homens foram separados de suas mulheres e enviados para os seringais situados nas margens dos rios Môa e Azul, ficando as mulheres e velhos encarregados das atividades agrícolas, sendo submetidos a transportar também o que era produzido.

Um verdadeiro regime de escravidão imposto pelo coronel, que está vivo na história desses povos, em que eram explorados de todas as formas, física e psicológica, sem direito a nada, sendo obrigados, através do “sistema de aviamento”, trocar seu trabalho por alimentos, e outros produtos, sempre em dívidas com o coronel. Recorro aos relatos dos próprios indígenas para melhor compreendermos esse processo de exploração:

A história Poyanawa é assim. É que em 1905 através dos cauxeiros e peruanos e mais tarde os seringueiros é que foi descoberto que naquela região do 7 de setembro existia índios. Então o Coronel Mâncio Lima tomando conhecimento do fato autorizou os seus seringueiros se na verdade era exato a notícia que ele tinha sido informado. Os seringueiros sabendo da realidade o informaram que era verdade. Pois os índios sempre estão roubando nas colocações, pois os seringueiros já tinham tido vários prejuízos. Foi daí em diante que o Coronel Mâncio mandou fazer a correria, no seringal isso no período de 1909 e 1910 foi catequizado o primeiro grupo do nosso povo pelo amansador e lingüística Antonio Basto e seus companheiros que os conduziram até aqui no Barão aonde foram morar no igarapé Maloca (Anotações a próprio punho de Mario Puyanawa, no caderno de planos de aula, com data de 23.08.2003). (WALKER, 2012, p. 93).

O relato de seu Mário reforça a compreensão dos acontecimentos e as tentativas de “amansamento” para tornarem “civilizados”, ou diga-se, escravizados, aptos a realizarem as tarefas impostas que visam os interesses do explorador, seringalista, os coronéis que desse modo, exploram a mão de obra para seu enriquecimento e benefício próprio. A figura 02 mostra os indígenas após serem capturados para o trabalho servil:

Figura 02 - Alto Rio Juruá - Índios da tribu (sic) Poianáuas, localizados na Villa Rondon, no Rio Moa - 1913.



Fonte: (IGLESIAS, 2008, p. 393 *apud* WALKER, 2012, p. 91).

Grandes foram os conflitos pela posse e tomada das terras com o intuito de aumentar suas fazendas, seus ganhos e satisfação de “egos” por posses e poder dos grandes seringalistas, contra as resistências dos povos nativos, que buscavam proteger suas terras da exploração e sua luta contra o trabalho servil, o que desencadeou várias mortes e dispersão destes povos que na ânsia de liberdade e temor, buscavam sobrevivência longe dos seringais. Vejamos mais um relato de seu Mário sobre a separação:

Mâncio Lima, porém, não sabia que tinha ficado outro grupo do nosso povo puyanawa nas (sic) cabiceira do (sic)Rio Azul. Somente através dos próprios índios já domesticado o coronel foi informado que tinha ficado outro grupo. Mâncio Lima tendo a certeza dada pelos índios, mandou os mesmos índios, ou seja, Vicente, Rafael, Augusto e Lauro e mais 2 carius que foram buscar o segundo grupo do nosso povo. Isso aconteceu em 1913 e chegando aqui foram levado para o outro lado do maloca, e tendo já começado os trabalhos cada vez mais deram procedimento o cativo que aumentou cada vez mais, e que nosso povo não foi possível concordar com a ação do coronel Mâncio e não se dando com o regulamento [...] (Anotações a próprio punho de Mario Puyanawa, no caderno de planos de aula, com data de 23.08.2003) (WALKER, 2012, p. 104).

De posse dessas informações e relatos, nos deparamos com a mais profunda e cruel discriminação e desvalorização do ser, tidos como fonte mercadológica e servil para enriquecimento dos patrões, o Ser, ou “não-ser”, que podia ser morto a qualquer momento por atos atroz, expostos a um mundo sem regras, sem leis, onde a vida é condicionada a questões de poder, um domínio total do ser e do saber, são neste sentido os “corpos que não importam”, conforme nos deixa subtendido Judith Butler (2015) em sua publicação “Corpos que importam”.

A CENSURA

Frente a estes atos atroz, destaco a impunidade e a impossibilidade de reposição da dignidade desse povo, tão sofrido, tão violentado, que permanecem ainda, sufocados por esta triste realidade de abusos e que nem mesmo podem submeter-se a contar sua própria história.

Destaco aqui a censura que fora condicionado o livro *História do Acre*, do professor Carlos Alberto Alves de Souza, por trazer em seu contexto um trecho que faz referência a uma reportagem exibida na imprensa local do Acre, pelo jornalista Altino Machado, em 1983, sobre a matança ocorrida no seringal Barão do Rio Branco. A reportagem se inicia assim:

O velho índio poyanáwa **Alberto Itxubãe** jamais esqueceu aquela madrugada de 1913, quando assistiu sua tribo acordar em pânico, sob o fogo cruzado de aproximadamente 50 rifles de repetição, acionados pelos homens do coronel de barranco **Mâncio Agostinho Lima**. Os assaltantes, cada um munido de uma centena de balas, atiraram todos juntos e à vontade. O curumim **Itxubãe**, que tinha cinco anos de idade, foi um dos poucos a conseguir escapar com vida daquele genocídio em moda na época pela ocupação do Acre e da Amazônia. Aqueles atiradores cumpriram fielmente as ordens do coronel, para que fossem poupadas mulheres e crianças (MACHADO, 2013, *online*).

Configura-se neste excerto o mais duro e cruel ato desumano contra esses povos que primavam por suas terras, seus modos de vida e sobrevivência e sua relação harmoniosa com a natureza de onde extraíam seus sustentos. A mais pura insignificância do ser em que eram tidos como animais selvagens, sem valor algum,

como se não houvesse em seus corações sentimentos e emoções, que por ambição e aumento de suas terras e poderio são brutalmente descartados.

O trecho do livro censurado denuncia tal atitude, assim expondo:

As “correrias” eram organizadas pelos seringalistas que reuniam até 50 homens armados para atacarem as aldeias. Nessas “correrias” alguns índios eram obrigados a ajudar os brancos nos ataques a seus irmãos de raça. Os índios Oyanawas (Puyanawas), que vivem atualmente no município de Mâncio Lima, sofreram em 1913, um ataque por ordem do então coronel Mâncio Lima. Nesse ataque poucos escaparam, onde mulheres e crianças foram também assassinadas. Os sobreviventes foram escravizados. Hoje os Oyanawas (Puyanawas) vivem em número pequeno e lembram sempre do que aconteceu com os seus parentes (SOUZA, 1992, p.38).

Diante de tal exposição, dois filhos do coronel, por entenderem que isso mancharia a honra do pai, pediram em ação judicial indenização por danos morais e a censura do livro, o que foi acatado pelo Poder Judiciário na época. Todos os exemplares foram retirados das prateleiras e sua divulgação proibida, um processo que perdurou por 17 anos, somente em 2013, o historiador Carlos Alberto conseguiu vencer tal ação (MACHADO, 2013, *online*).

Esta censura, apesar da publicação não pertencer à época da ditadura militar – período em que era proibido expressar-se – tenta calar a voz dos fracos e oprimidos, e esconder as várias facetas do processo de colonização, que fora acometido os povos nativos, ocultada por narrativas de heroísmo.

No entanto, amparado pelo desejo de expor através de novos olhares os fatos históricos reais, há muito tempo escondidos nas narrativas de óticas colonizadoras, o autor Carlos Alberto, não satisfeito com tal atitude, permanece com suas denúncias, desta feita com novos formatos subjetivos e metafóricos, utilizando-se de “subterfúgios” da linguagem, para poder denunciar os atos a que foram acometidos esses povos². É o que podemos perceber na passagem a seguir, em que o autor cria um personagem fictício, que representaria o coronel supracitado:

As “correrias” do coronel “Correrinha”:
Que tal uma forma diferente de escrever história?
Eis aqui um pequeno trecho ficcional, falando de um certo Coronel “Correrinha”: O Coronel “Correrinha” viveu pelas bandas do Juruá. Muitos índios o chamavam de “Pai Correrinha”. Por volta de 1910 promoveu

² Orlandi nos coloca que “os autores exercem a resistência dizendo ‘o mesmo’ (o que é permitido) para dizer, no entanto, efetivamente ‘outra coisa’ (o que é proibido)” (2013, p. 108).

“correria” contra índios na região de Mâncio Lima. Segundo palavras de um velho índio, que já morreu, “os vaqueiros do coronel “Correrinha” gostavam muito quando os esposos das índias eram deslocados para os “centros” dos seringais. Abusavam sexualmente das mulheres índias. As índias mais bonitas eram todas passadas no corretivo do coronel “Correrinha”. Como se não bastasse, forçava as mulheres índias a carregarem pélas de borracha nas costas com horas de viagem, do centro para a margem. E mais, esse coronel é metido a “gaiato”. Dizem que ele conta com o apoio de uma senhora muito conhecida nos meios do rio Môa. Mas segundo notícias, ela anda muito cabisbaixa pois o coronel já não é mais o mesmo homem, pois vive tentando tomar VIAGRA, mas é impedido por Pedro que teme que o coronel morra, pois sua pressão arterial está sempre muito alta. Espero que ele morra e pague todos os pecados e que a velha senhora, sua amiga, se transforme em “cachorra” nas águas do rio Môa. Um antropólogo já apanhou de seus parentes. Um sertanista já foi ameaçado por seus familiares”. Qualquer semelhança deste trecho com qualquer fato real terá sido mera coincidência (SOUZA, 2002, p. 32).

A desconstrução dessas “verdades” é fator imprescindível no processo de decolonização em que vários autores latino-americanos se embrenham para contar nossa história sob outra ótica, é preciso recontá-las mostrando como realmente aconteceu, abordando os fatos reais contados pelos pertencentes ao outro lado da história, com um olhar crítico e desafiador para perceber as intolerâncias, os atos de barbárie e a desvalorização do outro. Assim:

A sociedade e os próprios indígenas se mobilizam pela construção de outras histórias, que rompem com a perspectiva eurocêntrica e opressora que pautam o senso comum e os pressupostos teóricos e metodológicos da história oficial sobre os povos indígenas (ALBUQUERQUE, 2016, p. 57).

Percebe-se, pois, que há uma busca pela construção de outras narrativas que tragam as histórias contadas “do lado de cá”, sob a ótica dos esquecidos e oprimidos, desfazendo as histórias de heroísmo que nos foram repassadas como verdades e analisar o outro lado, a outra versão, que nos permite olhar criticamente para os fatos e perceber o cruel processo de “colonização”, que impulsiona para o crescimento de um (soberano, ordem e poder) em detrimento do outro (nativos, índios, subalterno), como se a vida, a cultura e os valores perdessem a significância, e a soberania prevalecesse.

A INSIGNIFICÂNCIA DO SER E O PODER DA PALAVRA

Por meio das narrativas sobre os Puyanawas, percebo que as atrocidades eram terríveis, a dignidade do ser humano invisível, sua submissão aos mandos e desmandos

de seus “superiores”, “patrões” eram inevitáveis, pois estavam subjugados como escravos do trabalho servil, o que não lhes davam direitos, foram expulsos de suas terras, tratados como ninguém, um animal bruto sem sentimentos, emoções, que poderia ser descartado a qualquer momento.

Essa insignificância do ser, da racialidade, se perpetua na nossa vida cotidiana. Ao analisar o artigo intitulado *Ninguém: direito, racialidade e violência*, de Denise Ferreira da Silva (2014), percebo os mais cruéis atos de barbárie, demonstrando e fortalecendo a pura insignificância dos que estão nas margens e o poderio exacerbado dos “dominantes”, que a todo custo e “com poder de fogo”, oprime e diminui o Ser.

Um fato curioso é que ao observar a reportagem no *Blog do Altino*, percebi, como este preconceito, essa discriminação contra os povos nativos ainda permanece vivo em nossa sociedade, o que se observa nos comentários da reportagem, a mais completa desvalorização do Ser, como insignificante: “Sinceramente, quando um índio ou um MST fala, temos que avaliar bem avaliado, pois a realidade normalmente é bem diferente do que essas ‘vítimas’ relatam” (MACHADO, 2013, *online*).

Pela vivência que tenho no local, pelo que vemos nos noticiários e pelo histórico discriminatório social, posso concluir que essas marcas ainda são perceptíveis nos semblantes e vivências desse povo, que tanto contribuiu para nossa formação, mas que carrega os resquícios das desigualdades e da desvalorização de um Ser violentado em sua dignidade, sofrido e oprimido. Aos poucos, através de lutas e batalhas, estão conseguindo resgatar um pouco de sua originalidade, demarcações de suas terras, resgate de sua língua e cultura já quase em completa decadência, mas que não são suficientes para dar-lhes dignidade e livrar-lhes do preconceito e das marcas das desigualdades e discriminações que ainda se perpetuam em nossos dias.

Vale lembrar aqui do massacre, ainda recente, mostrado nas tristes cenas do documentário *Martírio*, de Vincent Carelli (2017), que remonta os massacres contra os índios Guarani Kaiowá, em Dourados, que enfrentam conflitos com pecuaristas, latifundiários e fazendeiros que tentam expulsá-los de suas terras, para se apropriarem delas, fica perceptível a ambição por domínio de posse e poder que se apresenta em detrimento aos povos, a não valorização do Ser ou “não-Ser” em seu mais alto grau, onde se percebe sua mais pura insignificância, que se perdura e se sacramenta até aos dias atuais.

Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender que a linguagem exerce força e poder, e que por meio dela podemos dar voz aos que foram silenciados, vida, desafiar os limites do impossível, mergulha em infinitas possibilidades, de denúncia, de desafio, de imaginação, de recontar, reconstruir a história como nos sugere Mignolo (2007), Albuquerque Júnior (2009), entre tantos outros que nos ensinam/convidam a desconstruir para construir com outro olhar, um olhar crítico, real, que traga de volta as histórias escritas com os heróis, mas os heróis verdadeiros, os massacrados, esquecidos, silenciados, apagados.

Como mostra Souza (2016), que influenciado pelos autores críticos decoloniais, deixa perceptível o quanto somos ainda, alienados por um modelo de “progresso” que oprime, massifica uma população marcada por desigualdades e “coisificada”, massacrada por uma política desenvolvimentista que não visa os interesses do povo, mas de uma minoria que está no poder, um domínio total do ser, do poder, do saber, na forma brutal (ainda que oculta) da “colonialidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa realidade nos faz compreender sobre a necessidade de romper as barreiras, num universo da transitoriedade das coisas, não de entendimento, mas de escolhas, com o próprio olhar, para desconstruir o que já havia sido pré-determinado, descobrir e compreender a capacidade de transformação.

É preciso compreender que as palavras são tecidas e produzidas para terem sentidos, e que no mundo da linguagem é preciso também problematizar as narrativas, sendo questionador e crítico. Não se pode mais aceitar as histórias heroicas que foram narradas, sem problematizá-las, para compreender essa bruta e cruel dominação, pela busca de posses e poder.

Essas histórias ao serem recontadas sob uma nova ótica nos trazem inquietações. Como se pode ser tão acomodado com as atrocidades que a vida impõe? Como aceitar essa imposição, sendo seres totalmente alienados, vítimas de um sistema bruto, cruel, desumano? Diariamente se presencia atitudes preconceituosas, situações de vulnerabilidade e simplesmente se aceita, é como ser cúmplice de um sistema que impõe, que sonega, que oprime e que corrói, uma sociedade marcada pelo preconceito e negação do Outro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. **Das Margens**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/puyanawa>, acessado em: 17 maio 2017.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2007.

WALKER, Maristela Rosso. **A identidade Puyanawa e a Escola Indígena**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, p. 360. 2012.

MACHADO, Altino. **Carlos Alberto Alves de Souza**. 2013. Disponível em: <http://www.altinomachado.com.br/2013/03/carlos-alberto-alves-de-souza.html>, acessado em: 05 maio 2017.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva. Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTÍRIO. Direção: Vincent Carelli, Ernesto de Carvalho, Tatiana Almeida, Produção: Olívia Sabino. Brasil: Papo amarelo e Vídeo nas Aldeias, 2017.

MIGNOLO, Walter D. **La Idea de América Latina: La herida colonial y La opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 2013.

SILVA, Denise Ferreira da. **Ninguém: direito, racialidade e violência**. Meritum, v. 9, n.1, 2014, p. 67-117.

SOUZA. Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. Rio Branco: M. M. Paim, 1992.

_____. Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, nova abordagem**. Editor Carlos Alberto Alves, Rio Branco, 2002.

SOUZA, João José Veras. **Seringalidade: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta**. Florianópolis, 2016.